

menda o percentual de rea- Quem reclama com o SI 0, e coloca em uma lis- A luta entre pais e do- ciação Intermunicipal de



Luiza Braccioli/AE

As taxas de matrícula ainda estão em aberto: a Federação das escolas privadas não quer seguir o pacto social e reajustará seus preços pela URP

Alunos vão à Justiça garantir as matrículas

Tensos com a proximidade do período de matrícula nas escolas particulares de São Paulo, pais e alunos começam a se organizar contra a direção de colégios que estabelecem critérios de reajustes das taxas superiores aos determinados por lei. Mauro Bueno, advogado e diretor da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos do 1º ao 3º Graus — entidade que nasceu no início do ano passado e atualmente reúne pais de 15 mil alunos —, acompanha, na Justiça, 60 processos contra aumentos irregulares das mensalidades das escolas. E conseguiu, há quinze dias, uma liminar garantindo a matrícula de 350 alunos de um dos maiores e mais tradicionais colégios de São Paulo, o Pentágono, que distribui 5.000 estudantes por seis unidades instaladas em diferentes pontos da capital paulista.

A direção do Pentágono tentou impedir a matrícula desses alunos, em litígio com a escola desde o semestre passado por causa de reajustes de mensalidades superiores aos índices da URP, estipulados pelo governo federal como limite para o aumento das taxas. O advogado Mauro Bueno também impetrou uma liminar contra o Colégio Galileu Galilei, do Brooklin, que como o Pentágono ameaça impedir a matrícula de alunos que reclamaram de aumentos abusivos.

Para o advogado, a aparente tranquilidade dos pais com relação ao ensino particular vai acabar. “Com a aproximação do final do ano letivo e o início das matrículas, os desentendimentos vão se agudizar”, diz Bueno, prevendo que os colégios tentarão pressionar os alunos, como sempre fazem nesta fase do ano, para obter maiores lucros. “Os donos de escolas adotam posturas que levadas até o fim obrigariam as crianças a parar de estudar”, denuncia. “Eles impedem as matrículas, a realização de provas ou negam-se a fornecer documentos para transferência. Essa atitude se caracteriza como ato discriminatório pedagógico. Amparados na Constituição, vamos impetrar um mandado de injunção para impedir novos abusos”, ameaça o advogado.

O Estado admite ser incapaz de manter uma estrutura de ensino razoável. E por isso, segundo Bueno, teria delegado poderes às escolas particulares. “Mas o funcionamento desses estabelecimentos e a cobrança das taxas precisa ser, sempre, regulada e controlada pelo Ministério da Educação”, ressalta. “Não podemos permitir que a rede particular fique fora dessa tutela, mercantilizando de vez a educação.”

A Associação recomenda, entretanto, que se evite os calotes, para garantir o direito de pais e alunos. “Quando entramos com uma ação na Justiça contra o reajuste irregular das mensalidades, impetramos paralelamente outra ação para depositar em juízo as taxas calculadas de acordo com a lei”, ensina Bueno. Afinal, reconhece ele, as escolas têm o direito de receber pela prestação de serviços que oferecem. “Mas receber apenas o que é estritamente justo”, ressalta.